
A arte de adaptar livros no século XIX: o Novo secretário português ou o código epistolar, por J. I. Roquette

Socorro de Fátima P. Barbosa.
UFPB/CNPq
socorrofpb@yahoo.com.br

A arte de adaptar livros era de todo conhecida dos leitores brasileiros e portugueses do século XIX. Também conheciam os manuais de civilidade que foram sendo produzidos em Portugal. De José Inácio Roquette¹, conhece-se bem *Código do Bom-tom*, desde que Schwartz (1997) o publicou em um livrinho pela coleção Retratos do Brasil. Este manual de civilidade foi publicado, primeiramente, com o título de *Código epistolar, ou regras e advertências para escrever com elegância toda a sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos*, no ano de 1846, em Paris.

Roquette concebeu o livro como um diálogo entre um pai e seus filhos, que voltavam da França depois de anos sendo educados por lá. Estes diálogos concebiam as várias situações em que os cortesãos deveriam rever suas palavras, gestos, vestimentas, ou seja, todos os comportamentos passavam a ser regulados pela lei da civilidade. A vasta gama de assuntos abordados pode ser inferido pelos títulos dos capítulos, que incluem também entre os itens, aqueles relativos à higiene: da Igreja; do Paço; dos Tratamentos; dos Cumprimentos; dos Banhos; dos Jantares e banquetes; da Estada no campo, entre os quais um capítulo destinado à escrita epistolar.

O Código epistolar foi oferecido às mocidades Portuguesa e Brasileira, e faz parte do conjunto de obras chamadas de literatura de civilidade norteadas que são por termos como cortesia, urbanidade, polidez e civilidade, termos agora que deverão incorporar também os súditos que vivem aqui no Brasil (Schwartz, 1997).

O Novo secretário português ou o código epistolar é, pois, uma ampliação do capítulo “Das Cartas”, do *Código do Bom-tom*. Roquette, que foi pródigo em publicação de livros, principalmente, os de caráter escolar², adaptou um dos capítulos do seu código, para outro gênero que fazia muito sucesso naquela época: os manuais epistolares. A adaptação fazia sentido, uma vez que seriam inverossímeis, ou inadequadas às crianças, destinatários primeiros do *Código* a compilação de cartas que foram anexadas ao capítulo Das Cartas.

Assim, para adaptar-se aos modelos dos antigos secretários, o autor agrega ao seu livro o epíteto **Novo**, para diferenciá-lo dos modelos pouco modernos. No secretário de Roquette ao

mesmo tempo em que é possível perceber a longa duração da arte epistolar e dos seus manuais, se mostram as mudanças suscitadas pelos novos padrões de escrita, de leitura e relacionar-se na Corte.

Escrito em 1846, o exemplar que temos em mão corresponde à terceira edição de 1860. No Prólogo desta edição, Roquette afirma as semelhanças e diferenças com o livro de Candido Lusitano: “pelo que demos novo título a um livro em que se fizeram tão importantes modificações, e chamamos-lhes: NOVO SECRETÁRIO PORTUGUÊS, por já existir um antigo, e porque este título justamente lhe pertence” (ROQUETTE, 1860, p. V). Trata-se de *O Secretário Português, compendiosamente instruído no modo de escrever cartas, por meio de uma instrução preliminar, regra de secretaria, formulário de tratamentos, e um grande número de cartas em todas as espécies que têm mais uso*, de Francisco José Freire, um dos livros de maior circulação no Brasil, depois da Prosódia Latina. Segundo Araujo (1999, p. 414), a segunda edição de 1746 é a de maior circulação no Setecentos brasileiro e sua primeira aparição em inventários brasileiros ocorre em 1751.

Esta filiação, contudo, é totalmente negada no *Código do Bom-tom*, no capítulo que trata das cartas. Nesse, faz severas críticas aos termos da ars dictaminis e demonstra o anacronismo dos seus usos no secretário de Candido Lusitano que, segundo Roquette (1867, p. 231) é

livro escrito com péssimo gosto, cheio de ranço da retórica escolástica, e que só pode servir para saber certas fórmulas que ainda às vezes se usam. E na verdade, quem pode hoje sofrer aqueles termos técnicos *a quo, ad quem, a instrumental e a casual?* Quem se acomoda em nossos dias com a regra que ele nos dá por exemplo. [...]. Não, meus filhos, Cícero, Madame de Sévigné e o nosso Vieira não escreveram assim. Estes são os grandes modelos que ainda ninguém igualou: lede-os com atenção e vereis a futilidade e mau gosto do Secretário Português; segue as regras que vos tenho dado que são autorizados pelos grandes mestres. Em vez de consultardes os formulários rançosos daquela fastidiosa compilação.

A despeito de condenar os formulários pelo fato de ser rançosos, vê-se que o padrão de imitar os grandes exemplos e o de ordenar e disciplinar os corpos que teve início no século XVI, ainda vive, pois como lembra Schwarcz (1997, p. 23), todas as atividades sociais são passíveis de regulamentação e controle, mas estas se mostram de forma mais evidente no capítulo referentes às Cartas, pois “é ingênuo quem pensa que o bom estilo é aquele que guarda originalidade. Ao contrário, está na ciência das regras a verdadeira e única correção”.

Este propósito de adequar-se à moda contemporânea não diz respeito apenas ao fato de opor-se ao famoso secretário de Candido Luzitano, mas o de adequar-se aos novos padrões de convivência e civilidade:

Anuindo a certas observações que alguns amigos nos fizeram acerca deste livro, pareceu-nos adequado fazer algumas modificações nesta segunda edição as quais se fizessem mais uteis ao maior número de pessoas que dele fazem uso. Suprimimos pois não poucas cartas de autores antigos para dar lugar a outras mais úteis no comércio da vida, e que as pessoas, cujas obrigações e afazeres não permitem ocupar-se de literatura, desejavam achar nesta edição (ROQUETTE, 1860, p. V).

Pelo título das cartas que são anexadas ao seu secretário, observamos que o “comércio da vida”, em 1860, previa um número bem maior de situações de convivência, no qual se incluía um público não previsto na escrita do *Código do bom-tom*, por exemplo:

Pode acontecer que os literatos sintam a falta de várias cartas de filósofos antigos, que não acharam facilmente traduzidas em nossa língua; mas farão de bom grado o sacrifício a favor dos menos doutos, que não buscam nos menos doutos, que não buscam num Secretário composições literárias, senão certas fórmulas polidas e usuais com que os homens se comunicam entre si nas relações de amizade e de comércio (ROQUETTE, 1860, p. VI).

Observa-se, na passagem acima, que a carta vai perdendo seu caráter de objeto literário, para se constituir como efetivo meio com que os menos doutos “se comunicam entre si”. Conforme demonstra mesmo que de forma implícita, para o autor, a carta ainda é um lugar de representação e um dos instrumentos com o qual podemos passar “por gente bem criada e que conhece as regras de bem viver”.

Por isso, remete seu leitor para seu livro *Código do Bom-tom* (1845), que também dispõe de um capítulo sobre as cartas. É deste livro que Roquette retira a definição e a função social da carta, além de várias outras observações concernentes ao papel, aos modos de tratamento, aos tipos de carta, ao pós-escritos¹³.

Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar. Admirável invento que aproxima os ausentes, encurta as distâncias, mitiga as saudades, adoça o dissabor da separação, estreita os vínculos da amizade, nutre n’alma o fogo da esperança, e ainda depois da morte conserva um monumento perdurável de afeição e ternura com que dois corações se amaram (ROQUETTE, 1860, p. 1)

Nestes novos tempos, a prática epistolar já inclui, por exemplo, assuntos de ordem subjetiva, apontando não mais para as representações retóricas, previstas por Aristóteles e

tomadas como modelo até o fim do século XVIII. Dessa forma, no primeiro capítulo o autor chama a atenção para o fato de que a carta em apreço “são as privadas e particulares que se escrevem entre amigos, parentes ou conhecidos, sem tensão que se publiquem, ou seja, de simples amizade e respeitosa cortesia, ou sobre negócios particulares ou públicos”. (ROQUETTE, 1860, p. 19). Estão fora, portanto, aquelas em que “muitos autores antigos e modernos trataram de assuntos filosóficos, políticos e literários”.

Outro sinal de uma prática de escrita que envolve escritores de vários lugares sociais pode ser demonstrado pela inclusão do tipo de papel em que se deve escrever. Também aqui se verifica uma hierarquia e um jogo das representações no uso que é feito do papel, que à época oferecia uma variedade maior do que no século passado. Papel grosso e em meia folha, “só para gente ordinária ou sem criação”; papel dourado e aromatizado não combina com cartas de negócio, pois seria “ vaidade ridícula”; “o papel há de ser proporcionado às pessoas, idade, sexo, condição dos que se correspondem por escrito” (ROQUETTE, 1860, p. 2).

Sem indicar fontes, Roquette diz seguir os autores modernos, inimigos de toda escolástica que dividem as cartas em apenas três espécies, segundo o “assunto que nela tratam: 1º cartas em que se contam fatos; 2º em que se discute uma opinião; 3º em que se exprimem sentimentos d’alma” (ROQUETTE, 1860, p. 20). Assim, na sua classificação recente a carta se adéqua aos propósitos românticos, deitando por terra os modelos retóricos. Contudo, como bem observa o seu autor, esta classificação é “filosófica” e pouco adequada ao uso prático que ele confere a esta escrita: “que seja útil na prática”. Roquette adota a seguinte classificação, que prevê a existência de cartas

Morais e de conselhos, de parecer, de repreensão, de vitupério, de ameaças, afetuosas e sentimentais; de louvor, de pêsames, de consolação, de parabéns, de pretensão, de memórias, de súplicas, eucarísticas, ou de agradecimento, de recomendação e de empenho, a pessoa de cuja companhia nos separamos, de queixas, de desculpas e de justificação, de negócios e de encargos, de boas festas, dias d’anos, etc., apologéticas, de oferecimento, de convite, e escusa e recusa, de despedida, de resignação, de participação ou notícias, mistas, ou de comércio (ROQUETTE, 1860, p. 20 -21)

Outro dado novo em relação aos secretários antigos é o de incluir a mulher como leitora deste e, conseqüentemente, como alguém que escreve cartas. O exemplo recorrente é o de Madame Sévigné, cujas cartas eram sucesso de venda, desde as primeiras edições. Inúmeros são os exemplos em que as mulheres escrevem a filhas, a filhos: “Uma mãe a sua filha que está no colégio”; “Uma mãe a uma filha a propósito de certos piques que tivera com

uma companheira”;"Uma irmã a seu irmão anunciando-lhe desgraças da família", todas relativas a assuntos familiares, de pêsames, guardando-se aos homens os exemplos para todas as outras ocasiões, que incluem o comércio, a vida na Corte, etc.

Desta forma, do ponto de vista das antigas regras epistolares da *ars dictaminis*, praticamente não há mais sinal. No manual, a carta é dividida em duas partes, contendo o corpo e a conclusão, além de oito regras gerais de estilo, que podem ser utilizadas nos mais variados tipos de carta. Estas consistem em

1º que o estilo seja natural e singelo, evitando-se a afetação e o adorno excessivo, pois estes "assentam tão mal numa conversação, como numa carta" (ROQUETTE, 1860, p. 21);

Considerada por Ignacio Roquette como a mais importante das regras do bem escrever, inspira-se no dito de Sêneca a Lucílio, quando afirma "Qual seria a minha conversação se estivéssemos sentados ou pesseassemos (sic) juntos, fácil e sem artifício; assim quero que sejam as minhas cartas". Não obstante a singeleza do estilo, o escritor dever considerar a segunda regra fundamental que é a de

2º incluir os pensamentos engenhosos e profundos, "pois antes com elas [naturalidade e singeleza] se tornam graciosas e interessantes", pois se as agudezas não são estudadas, as sentenças não se prodigalizam com demasia" (ROQUETTE, 1860, p.21).

As regras número 3 e 4 se têm às questões de linguagem e estilo. O autor refere-se ao tom e ao grau que deverão ser verossímeis com a maior ou menor relevância do assunto que trata a carta; "a maior ou menor dignidade da pessoa a quem se dirige a carta". Observa-se que, a despeito de o autor rejeitar as normas da retórica, o que prevalece é a *dissimulation*, posição que o escritor deverá preservar, principalmente quando se trata de alta personagem:

3º "se esta [a carta] não é de ofício, senão de particular, a particular ainda sendo escrita à mais alta personagem, deve conservar certo ar de familiaridade, porém uma familiaridade nobre, por entre a qual transluzo o respeito devido ao caráter da pessoa com que falamos" (ROQUETTE, p. 22);

O caráter "fingido" desta naturalidade pode ser melhor compreendido na regra de número 4, quando enfatiza a necessidade de aliar naturalidade e o tom familiar não significam "descuido e desalinho":

4º Deve-se por toda a atenção no estilo, ainda que se escreva ao amigo mais íntimo, escrevendo sempre com pureza e correção, e evitando expressões baixas e triviais; e se um ou outro descuido é desculpável, será cousa muito repreensível uma constante negligência (ROQUETTE, 1860, p. 22)

Os fechos não devem ser muito numerosos; Roquette alerta para o que chama de cláusulas, que não devem ser muito numerosas. Preocupado com o estilo natural, o autor chama a atenção para o escritor não incorrer em artificialismos:

5º Nas cartas não se assentam bem em geral cláusulas mui numerosas, e uma coordenação de palavras demasiadamente harmoniosa; basta que as expressões e sua combinação não sejam conhecidamente duras e ásperas (ROQUETTE, 1860, p. 22)

Mas, segundo Roquette, qual a marca dominante do estilo epistolar? Segundo o autor, este se faz a partir “da soltura e facilidade nas construções”, que vem a significar o uso regrado até mesmo das orações intercaladas, subordinadas, pois

6º Esta regra não é, todavia, tão rigorosa que se alguma vez o pensamento nos estiver convidando a uma construção periódica, deixemos de empregá-la. Tudo o que vem naturalmente, tudo o que sai do coração, tanto em ordem aos pensamentos como ao modo de presenteá-los e exprimi-los, é bom. O vício está no excesso e na afetação (ROQUETTE, 1860, p. 22).

Os conselhos do autor tentam regrar e adequar o estilo da carta, à naturalidade e aos pensamentos que vêm do coração. Isto exige do escritor “evitar o uso de símiles exagerados, das alusões obscuras, da demasiada erudição”. Na verdade, ele até admite o exagero, o excesso, desde que natural, desde que forjado pelo coração:

7º dos termos pouco usados, o tom muito remontado e enfático, as personificações, as apostrofes a objetos inanimados e outros movimentos oratórios deste gênero são intempestivos nas cartas, porque não parecem naturais no que escreve naturalmente no seu gabinete. Sem embargo, tais circunstâncias podem ocorrer, e a imaginação do que escreve pode de tal modo estar agitada, e seu coração tão comovido, que esta linguagem seja mais própria em sua situação; e então poderá usar dela (ROQUETTE, 1860, p. 23)

Por fim, como última advertência, ele sugere que as cartas devem ser breves, mas não lacônicas. Os exemplos, contudo, são de autores antigos a exemplo de Cícero, de S. Gregório

Nazianzeno, de Plínio, do Padre Vieira – em várias ocasiões – de Aristóteles, Maria Stuart e Madame Sévigné, entre outros. Roquette (1860, p. 23) explica que

8º O laconismo é por vezes necessário, mas em geral é um defeito. Acusa sequidão, é pouco respeito, e nada amorável. A difusão é sempre repreensível. Delata ignorância em escrever e pouca preparação de quem escreve.

Neste sentido, *O Código epistolar* de Roquette deve ser compreendido, no que concerne à escrita da carta, como o momento em que se observa na “inércia do gênero” (CHARTIER, 1991, p.11), ou como o momento em que as convenções ganham certa “instabilidade das suas convenções”. Isto pode ser percebido no fato de ele copiar as regras do seu livro de 1845 e adequar o seu Novo secretário aos tempos modernos e às novas maneiras de escrever cartas. Roquette também se contradiz, ou melhor, demonstra estar diante da instabilidade das convenções do gênero epistolar, ao negar e ao mesmo inserir os exemplos consagrados, os modelos “eternos” da arte epistolar.

Do século XVII, quando foi publicado *Corte na Aldeia*, Francisco Rodrigues Lobo, ao século XIX, quando a escrita através das cartas passa a ser o modo por excelência de se comunicar e de escrever na nascente imprensa brasileira, observamos os modos como a carta foi representada e os seus usos através, sobretudo, dos manuais de escrever cartas mais recorrentes e presentes no Brasil.

A nos orientar, a pressuposição de que os gêneros não são puros e inalteráveis, mas supondo com Pécora (2001, p. 12) “a tendência histórica básica dos mais diferentes gêneros”, que é a de desenvolver formas “mistas”, com “dinamicidade relativa nos distintos períodos, que impedem definitivamente a descrição de qualquer objeto como simples coleção de aplicações genéricas”.

Ademais, este levantamento visa compreender os caminhos da escrita epistolar nos jornais e periódicos brasileiros do século XIX, compreendida como uma prática inscrita em uma história de longa duração, razão pela qual buscamos os modelos e concepções teóricas que determinaram a escrita epistolar através dos séculos. Evidentemente não se tratou apenas da recuperação de um “gênero antigo” e de seus usos.

Isto significa pensar sobre as possibilidades e modalidades desta escrita indagando-se sobre esse “descontínuo” das apropriações e dos esquecimentos, a partir das “lutas de representação” (CHARTIER, 1991, 187).

¹ **P. JOSÉ IGNACIO ROQUETTE**, natural da freguezia de Alcabideche, no concelho de Cascaes, onde foi baptisado em Julho de 1801. Seu pae Antonio dos Sanctos Roquette, lavrador e proprietario, era capitão de Ordenanças, e serviu por vezes o cargo de vereador na Camara Municipal do referido concelho.- Depois de habilitado com os estudos de grammatica latina, rhetorica e philosophia, juntando a estes conhecimentos os da arte da musica, que lhe devêra notavel predilecção nos seus primeiros annos, e tendo já recebido ordens menores com o designio de ser clerigo secular, mudou de intento, preferindo seguir a vida claustral. N'ella entrou, não sem repugnancia de seus paes, professando em 1821 a regra de S. Francisco no convento de Sancto Antonio do Estoril, da provincia dos Algarves, situado proximo da villa de Cascaes, tomando então o nome de Fr. José de Nossa Senhora do Cabo Roquette. Nos conventos de Campo-maior e Portalegre continuou e concluiu em 1825 o curso triennial de philosophia e depois no de Xabregas, cabeça da provincia, o de theologia dogmatica e moral, em que por duas vezes defendeu conclusões magnas, sendo d'ahi a pouco eleito em recompensa de sua applicação Lente substituto da cadeira d'Esçriptura Sagrada no mesmo Convento, e em 1831 Lente effectivo, mediante concurso e opposição publica; cujas funcções desempenhou até 1833 cumulativamente com as de Secretario da provincia.- Aos 29 annos d'edade foi tambem nomeado Prégador regio da Sancta Egreja Patriarchal, por carta do cardeal patriarcha D. Patricio I de 30 de Março de 1830. Cf. *Dicionário bio-bibliográfico português*. (p. 373, V. IV).

² Suas publicações são principalmente destinadas à educação da mocidade, ou de caráter educativo, como informam alguns destes títulos:

Correção da Cacographia portuguesa, segundo a Grammatica publicada pela Junta da Directoria dos Estudos em Coimbra etc. París, 1838;

Thesouro da mocidade portugueza, ou a moral em acção: escolha de factos memoraveis, e aneddotas interessantes, etc.

Obra extrahida dos melhores auctores nacionaes e estrangeiros. París, 1839; *Lições de Geographia, pelo abbade Gaultier, traduzidas em portuguez por uma sociedade de litteratos portuguezes. Nova edição, inteiramente refundida, e consideravelmente augmentada, feita sobre a ultima de París de 1850;*

Ornamentos da memoria, e exercicios selectos para formar o bom gosto e verdadeiro estylo da língua portugueza, extrahidos dos melhores classicos em prosa e verso, etc. París, 1849.

Referências:

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

CHARTIER, Roger (Dir.). *La correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1991a.

FREIRE, Francisco José. *Secretário Português ou método de escrever cartas*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1801.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Lisboa: Editora Europa-América, 1997.

PÉCORRA, Alcir. *Máquina de gênero*. São Paulo: Edusp, 2001.

ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIXº século*. Paris, 1867.

_____. *Novo secretário português ou código epistolar*. 3. Ed. Paris: Aillaud, 1860.

SCHWARTZ, Lilian Moritz. *O código do Bom-tom*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

SILVA, Inocencio Rodrigues. ***Dicionário bibliográfico português. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil.*** Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. Edição em cd-rom, facsimilada da *princeps*.